



XVII JORNADA ÍTALO-HISPANO-BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO

RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA E JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

PROGRAMAÇÃO *2 e 3 de setembro de 2026*





XVII JORNADA ÍTALO-HISPANO-BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO

RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA E JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

A rede de pesquisa REDBRITES, composta por docentes do Brasil, Itália e Espanha, promove suas XVII Jornadas de Direito Constitucional e Direito Público, que constituem um encontro internacional anual dedicado ao estudo, ao debate e ao intercâmbio acadêmico comparado. Desde a primeira edição, em 2008, as Jornadas reúnem estudiosos provenientes de diversas instituições desses três países para apresentar pesquisas, discutir temas de interesse comum e produzir conhecimento coletivo que reflita as experiências de diferentes tradições jurídicas (www.redbrites.com.br).

O tema das XVII Jornadas de 2026, que se realizarão nos dias 2 e 3 de setembro, em Brasília, DF, no Centro de Estudos do STF, é “Resistência democrática e justiça constitucional”. O ponto central do encontro é examinar o papel da justiça constitucional à luz dos debates contemporâneos sobre a resistência democrática, que assume diferentes formas e estratégias.

O programa organiza a análise do papel da justiça constitucional a partir de três dimensões interconectadas:

- a) Aspectos institucionais, relacionados à separação de poderes e à autonomia das Cortes;
- b) Aspectos materiais, no que diz respeito ao conteúdo e à proteção dos direitos fundamentais; e
- c) Aspectos procedimentais, na medida em que incidem sobre as regras estruturais do processo democrático.

O objetivo do evento é analisar como as Cortes constitucionais são submetidas a pressões, como reagem e como resistem nesses três âmbitos, examinando seus limites, responsabilidades e sua capacidade de preservar a ordem constitucional.

A sistemática a ser adotada será a mesma dos anos anteriores: o evento será dividido em três sessões. Em cada sessão intervirão três relatores principais (um brasileiro, um espanhol e um italiano) e haverá a presidência de um participante de cada país. Ao final das sessões, serão apresentadas comunicações previamente inscritas.

Ao término das três sessões, a conferência conclusiva sintetizará as apresentações realizadas e proporá uma análise comparada das discussões desenvolvidas ao longo das Jornadas.

Cada conferencista terá de 30 a 40 minutos para fazer sua apresentação.

Cada comunicante terá de 10 a 15 minutos para fazer sua intervenção programada.



XVII JORNADA ÍTALO-HISPANO-BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO

RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA E JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

PROGRAMAÇÃO

Auditório da Primeira Turma do STF

2 DE SETEMBRO DE 2026 - QUARTA-FEIRA

ABERTURA

TEMA CENTRAL: RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA E JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

9h

Saudação introdutória pelo Brasil: Edson Fachin, Presidente do Supremo Tribunal Federal e **Fernando Facury Scaff**, Diretor do Centro de Estudos Constitucionais do STF

Saudação introdutória pela Itália: Roberto Romboli, Professor Emérito da Universidade de Pisa e Membro do Conselho Superior da Magistratura da Itália

Saudação introdutória pela Espanha: Elviro Aranda Alvarez, Professor de Direito Constitucional, Diretor do Instituto de Direito Público da Universidade Carlos III de Madrid e ex-deputado

PRIMEIRA SESSÃO

SEPARAÇÃO DE PODERES, PRESSÕES E COOPTAÇÃO DAS CORTES

9h30

Esta sessão tem como foco principal o tema da separação de poderes, examinando como os tribunais constitucionais podem resistir na busca pela salvaguarda da democracia, que se manifesta por meio de uma relação tensa e instável entre a preeminência da justiça constitucional e os poderes do Estado. Em diversos contextos, as Cortes constitucionais enfrentam pressões que vão desde tentativas de cooptação até a deslegitimação aberta, passando por persistentes conflitos institucionais com os poderes Legislativo, Executivo ou Judiciário em geral.

A questão central que orienta esta sessão é: de que modo a Corte constitucional de cada país (Espanha, Itália e Brasil) pode preservar sua autonomia decisória na manutenção do sistema democrático diante de estratégias institucionais voltadas à sua captura ou ao seu enfraquecimento?

Os participantes desta sessão deverão enfrentar os seguintes questionamentos:

- Como se configura a posição da Corte constitucional de seu país no modelo de separação e equilíbrio entre os poderes?
- Quais são os mecanismos formais e informais de influência política sobre a Corte constitucional de seu país e como operam na prática?
- Quais estratégias institucionais existem para preservar a equidistância da Corte constitucional de seu país e evitar riscos de captura, subordinação ou isolamento?

Mesa

Presidente (Itália) Roberto Romboli, Professor de Direito Constitucional da Universidade de Pisa, Itália, e membro do Conselho Superior da Magistratura da Itália

Conferência Itália: Ignazio Lagrotta, Professor de Direito Constitucional da Universidade de Bari, Itália

Conferência Brasil: Alfredo Copetti e Aldacy Rachid Coutinho, professores da UNIVEL, Cascavel

Conferência Espanha: Laura Baamonde, Professora de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madri, Espanha

Comunicações/intervenções programadas da Sessão 1:

Francisco Sérgio Silva Rocha, Professor de Direito Constitucional da Universidade Federal do Pará e magistrado do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região

A erosão democrática pela busca da captura do Poder Judiciário na experiência brasileira

Monica Mastrandrea, magistrada do Tribunal de Torino e membro da junta executiva central da Associação Nacional dos Magistrados

Il ruolo delle associazioni di magistrati a difesa dell'indipendenza della magistratura in contesti di erosione democratica

Manuellita Hermes Rosa Oliveira Filha, Professora de Direito Constitucional do IDP, Brasília, e Procuradora Federal

Jurisdição constitucional e democracia: a atuação do STF para refrear tentativas de erosão democrática.

Nicola Pignatelli, Professor de Direito Constitucional da Universidade de Bari, Itália

Le regole del processo costituzionale come strumento di "resistenza"

Silvia Romboli, Professora de Direito Constitucional ESADE, Barcelona

La influencia de la política en la elección del Consejo General del Poder Judicial y del Tribunal Constitucional y su impacto en el sistema constitucional español.

SEGUNDA SESSÃO

DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA POR PARTE DAS CORTES

14h

Esta sessão tem como foco principal os direitos fundamentais, analisando como eles se tornam terreno de disputa em contextos de resistência democrática. Em cenários de polarização, radicalização política e fragilidade institucional, os direitos das minorias podem ser limitados em nome da maioria, instrumentalizados como retórica política ou aplicados seletivamente contra grupos específicos. A justiça constitucional é, portanto, chamada a atuar como instância de contenção de dinâmicas regressivas e de preservação da integridade normativa da Constituição.

A questão central que orienta esta sessão é: de que modo a justiça constitucional pode proteger a integridade dos direitos fundamentais quando a própria cultura democrática se encontra enfraquecida?

Os participantes desta sessão deverão enfrentar os seguintes questionamentos:

- a) De que modo os contextos de populismo e polarização impactam a tutela jurisdicional dos direitos fundamentais em seu país?
- b) Como a justiça constitucional de seu país reage ou reagiu quando os direitos são utilizados como instrumento de exclusão, discriminação ou erosão institucional?
- c) Quais são os riscos de restrição ou de expansão excessiva da jurisdição constitucional de seu país em momentos de fragilidade democrática?

Presidente (Espanha): Miguel Revenga, Professor de Direito Constitucional da Universidade de Cádiz, Espanha

Conferência Itália: Giuseppe Campanelli e Francesco Dal Canto, Professores de Direito Constitucional da Universidade de Pisa, Itália

Conferência Brasil: Celso Campilongo, Professor da Universidade de São Paulo

Conferência Espanha: Ascensión Elvira, Professora de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madri

Comunicações/intervenções programadas da Sessão 2:

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, Professor da UFPR, PUC-RS e UNIVEL

Câmbio Epistemológico, Inteligência Artificial e Direitos Humanos.

Juan Manuel López Ulla, Professor de Direito Constitucional da Universidade de Cádiz, Espanha

Memoria histórica y resistencia democrática

Gustavo Ferreira Santos, Professor de Direito Constitucional da UNICAP

Desinformação e liberdade de expressão em um contexto de ataques à democracia

Marco Dall'Olio, Advogado-Geral da Procuradoria-Geral da República perante a Corte de Cassação, Itália

Fine dei diritti o nuovi diritti?

Mariarosaria Guglielmi, Magistrada Presidente da MEDEL (Magistrados Europeus pela Democracia e Liberdades)

L'attacco globale ai diritti e allo Stato di diritto: vulnerabilità di resilienza dei sistemi giudiziari

TERCEIRA SESSÃO

INTEGRIDADE DO PROCESSO DEMOCRÁTICO-ELEITORAL E RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

9h

Esta sessão tem como foco principal os processos democrático-eleitorais, examinando as regras estruturais da democracia representativa, em especial no âmbito do processo eleitoral e da competição política. Em contextos de populismo e de deslegitimação das instituições, as cortes constitucionais são frequentemente chamadas a intervir para garantir a regularidade do processo eleitoral, a igualdade de condições na competição política e a preservação das garantias institucionais da democracia.

A questão central que orienta esta sessão é: até que ponto a justiça constitucional de seu país pode intervir para proteger a própria democracia sem se substituir ao espaço legítimo da política?

Os participantes desta sessão deverão enfrentar os seguintes questionamentos:

- a) O Poder Judiciário ou o Tribunal Constitucional de seu país examina os limites do controle sobre as regras eleitorais, o financiamento político e as condições da competição democrática?
- b) O Poder Judiciário ou o Tribunal Constitucional de seu país decide as controvérsias eleitorais sem comprometer a autonomia do processo político, respeitando a paridade de armas?
- c) De que modo o Poder Judiciário ou o Tribunal Constitucional de seu país disciplina os partidos antissistema, as inelegibilidades e as restrições às candidaturas à luz da defesa da ordem constitucional?

Presidente (Brasil): Fernando Facury Scaff, Diretor do Centro de Estudos Constitucionais do Supremo Tribunal Federal e Professor da Universidade de São Paulo

Conferência Itália: Alfonso Vuolo, Professor de Direito Constitucional da Universidade de Napoli, Itália.

Conferência Brasil: Antonio Maués e Breno Baia Magalhães, Professores de Direito Constitucional da Universidade Federal do Pará

Conferência Espanha: Elviro Aranda Álvarez, Professor de Direito Constitucional Universidade Carlos III de Madrid, Espanha

Conferência final de síntese:

Marcelo Labanca, Professor de Direito Constitucional da Universidade Católica de Pernambuco